

EDUCAÇÃO, SAÚDE REPRODUTIVA, GÊNERO E JUVENTUDES: UMA BREVE ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES E PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE.

Elis Souza dos Santos
Ideojane Mello Conceição

*Universidade do Estado da Bahia – UNEB – elissouzapj@gmail.com
Universidade do Estado da Bahia – UNEB – ideojanemelo@gmail.com*

Resumo

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. O objetivo deste artigo é analisar as publicações do Programa Saúde na Escola, de forma mais específica, no que se refere à concepção do programa bem como as perspectivas e ações pedagógicas do mesmo em relação a prevenção da gravidez indesejada de jovens adolescentes de 12 a 18 anos. A metodologia utilizada será qualitativa e de análise documental. Em síntese os resultados da pesquisa apontam que o programa representa um avanço no que se refere ao estímulo da intersetorialidade de políticas públicas de educação e saúde, além disso apresenta uma perspectiva feminista no debate sobre saúde reprodutiva e prevenção da gravidez na adolescência ao propor oficinas temáticas para trabalhar a questão de forma processual.

Palavras-chave: Saúde reprodutiva, Educação, Programa Saúde na Escola e Juventudes.

Introdução

O Programa Saúde na Escola (PSE), foi organizado pelo Governo Federal através da parceria do Ministério da Saúde com o Ministério da Educação, e foi instituído no país em 2007. Este programa tem por objetivo geral, proporcionar à comunidade escolar a participação em ações que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

A prevenção da gravidez indesejada de adolescentes ganha destaque por ser um dos principais objetivos do PSE. Nesse sentido, este trabalho irá analisar de forma mais direcionada os documentos propostos por este programa direcionado para as escolas trabalharem com a temática em parcerias com os postos de saúde.

A gravidez na adolescência é um tema extremamente complexo, embora seja popularmente discutido, e muito pesquisado, as opiniões em torno do que representa esse fenômeno são variadas. Para alguns autores a gravidez adolescente é considerada “gravidez precoce”, e, portanto deve ser prevenida por conta das “mazelas” sociais que pode gerar na vida da adolescente e do futuro filho/a. Entretanto, outros/as autores/as provocam a reflexão sobre o desejo das jovens e o direito da escolha reprodutiva em paralelo a defesa de um conjunto de estruturas públicas e institucionais que possam garantir uma gravidez saudável, e uma maternidade segura.

Independente das opiniões acadêmicas, ou do senso comum a respeito da gravidez adolescente, é importante frisar os estigmas que permeiam esses discursos. A sexualidade ainda é um grande tabu social, e reconhecer os/as adolescentes como sujeitos sexuais ainda é moralmente inaceitável, principalmente para as meninas. Tocar na temática gravidez na adolescência é também provocar o debate em torno das práticas sexuais juvenis e suas várias nuances. Por isso, é preciso desestigmatizar a gravidez na adolescência e adaptar o discurso e a prática política a uma realidade complexa e mutável em relação à juventude e suas práticas sexuais. (VENTURA 2005).

A partir do entendimento de que a gravidez na adolescência é experimentada e vivenciada a partir de lugares sociais diversos e complexos, este trabalho se propõe a investigar o processo da gravidez adolescente a luz do conceito de Interseccionalidade que incorpora elementos de geração, classe, gênero e raça para analisar o cotidiano social.

Nesse sentido, é importante considerar inicialmente o conceito de interseccionalidade, proposto por Crenshaw (1990), feminista negra americana, segundo a autora as opressões de classe, gênero e raça não se traduzem como opressões hierárquicas e lineares, elas são dinâmicas e interagem de formas diversas no cotidiano da sociedade. Assim: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.” (CRENSHAW 2002, p.177)

Ainda, no que se refere a gravidez na adolescência, os dados nacionais demonstram a relevância da reflexão, embora tenha havido uma redução, comparado os anos 90 aos anos 2000, no índice nacional de gravidez precoce, segundo o, 17% das adolescentes entre 12 e 17 anos já possuem pelo menos um filho. Nesse sentido, ao engravidar, voluntária ou involuntariamente, essas adolescentes têm seus projetos de vida alterados, de tal forma que, na maioria das vezes, a consequência dessa alteração é também o abandono escolar, o que contribui para a perpetuação dos ciclos de pobreza, desigualdade de gênero e exclusão – sobretudo porque a maior parte das adolescentes que engravidam são negras, pobres e com baixa escolaridade.

Objetivos

Objetivo Geral: Analisar as publicações do Programa Saúde na Escola, no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, de forma mais específica, no que se refere à concepção do programa bem como as perspectivas e ações do mesmo em relação a gravidez de jovens adolescentes de 12 a 18 anos.

Metodologia

Uma das principais ações do PSE é a “prevenção da gravidez indesejada”, e para isso foram elaborados os seguintes materiais para a formação de profissionais da educação e da saúde atuarem como agentes do programa: *Guia de sugestões de atividades Semana saúde na escola: Tema – Sexualidades e saúde reprodutiva*. (2013)

Assim, a metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa, e conta com a análise documental para fundamentá-la.

Resultados

A garantia do direito a uma educação de qualidade para todos/as, é uma luta histórica dos mais diversos movimentos sociais que, organizados historicamente, pressionaram os governos para que o acesso e a permanência na escola fossem assegurados. Na Constituição de 1988, este direito passa a ser respaldado por lei, com o objetivo de que cada brasileiro/a, independente do sexo, orientação sexual, identidade, gênero, raça, cor, credo religioso, idade, classe social e localização geográfica possa exercer livre, sem nenhum tipo de discriminação e/ou exclusão a sua cidadania e participação na instituição escolar (BRASIL, 1988).

No entanto, a realidade escolar brasileira ainda apresenta grandes desafios para que todos/as possam se sentir acolhidos/as e respeitados/as, em suas identidades e demandas, como também motivados a enfrentar os respectivos percalços vivenciados nos processos de escolarização.

A escola, ainda é constituída por heranças culturais do século XIX, e neste sentido, ao mesmo tempo em que avança com as lutas e demandas sociais na Universalização e inclusão da diversidade, também reproduz valores e concepções que acabam contribuindo para a reprodução da exclusão e desigualdades sociais, no ambiente escolar. Considerando o processo histórico do Brasil, a inserção, participação e permanência no espaço escolar, continuam sendo extremamente desiguais, principalmente quando tomamos por referência, alguns grupos da população como: negros, índios e mulheres.

Por exemplo, no que se refere a entrada das mulheres na escola, é perceptível que estas só acessaram os espaços escolares, muito depois dos homens, e mesmo assim é importante considerar a questão de raça e classe nesse processo.

Uma das “justificativas” sociais (sexistas) mais comuns para explicar uma educação exclusiva para homens e a ausência das mulheres na escola, seria a necessidade de “manutenção do papel natural feminino. Neste contexto, o casamento e a maternidade, seriam, portanto, o único

projeto de vida viável quando se nascia mulher. Casar e ter filhos seria uma forma de cumprir “devidamente” a função feminina. Assim, o ambiente privado e doméstico do lar deveria ser o único espaço que as mulheres deveriam ocupar.

Outro argumento construído culturalmente que potencializa as desigualdades dos gêneros, e se relaciona a este, seria o de não ser necessário, para a vida cotidiana das mulheres, ter contato com outros conhecimentos que transcendessem a maternidade e as atividades domésticas, tendo em vista que “conhecimentos científicos e sistematizados” não seriam relevantes para uma vida constituída exclusivamente para o exercício da maternidade e organização doméstica.

Considerando ainda contextos diferenciados no acesso e permanência na escola, é importante destacar que dentro do grupo feminino, as mulheres pobres e negras ainda contam com algumas especificidades. O processo de escravização de algumas comunidades africanas, transformou homens e mulheres negras em “mercadorias”, “objetos”, corpos voltados apenas para o trabalho mecânico e braçal. Assim, mesmo após a abolição este imaginário cultural permanece e fundamenta práticas que determinam a organização da estrutura social brasileira, pautada em bases desiguais e racistas.

Assim, mesmo ao discutirmos o acesso das mulheres a educação institucionalizada escolar, existem diferenças nessas trajetórias. Ou seja, as mulheres negras ainda tiveram impedimentos históricos, culturais, políticos e sociais diferentes para acessarem a escola formal.

Apesar da exclusão histórica de determinados grupos sociais do espaço escolar, a luta pela universalização e democratização destes espaços institucionais, também sempre existiu. Muitos movimentos populares se organizaram ao longo da história em torno da pauta da educação, pois a consideravam, e até hoje consideram, um instrumento estratégico importante para a construção de efetivas mudanças e transformações sociais.

Ter acesso a escola, não representa apenas ter contato com conhecimentos científicos mais amplos e sistematizados, mas é também, a possibilidade de desenvolver autonomia, de ampliar os projetos e perspectivas de vida e futuro, de olhar de outro lugar para o mundo do trabalho, além de representar também um instrumento importante para a participação mais concreta nos espaços de poder e decisão na sociedade.

Neste contexto, a luta pela superação das desigualdades de classe, gênero e raça, sempre permearam as pautas em torno das políticas educacionais. A escola pública foi uma conquista popular que foi se constituindo ao longo da história, como um espaço ambíguo de contradições: de exclusão e inclusão, de expulsão e acolhida, de isolamento e de participação, de autoritarismo e

liberdade, de submissão e de empoderamento. Essas contradições históricas na escola, chamam a atenção para o aprofundamento de determinadas peculiaridades, que emergem desse contexto e que contribuem para a reflexão em torno do seu papel social.

A escola complexa, contraditória e diversa permanece até hoje. Apesar dos muitos avanços nas políticas de acesso e permanência, ainda são muitos os desafios para alcançar, de fato, a universalização e democratização deste espaço. Mais do que isso, pensar a escola de forma integrada a outras políticas públicas sociais que contribuam para a permanência dos/as alunos/as, principalmente os/as negros/as e pobres, ainda representa um grande obstáculo a ser superado.

No que se refere as mulheres negras e pobres, de forma específica, em sua grande maioria não continuam suas trajetórias escolares, devido a questões relacionadas às desigualdades de gênero, que articuladas a elementos de classe e raça. Essa evasão da escola repercute diretamente nas suas perspectivas, projeções e ocupações profissionais.

Considerando estes elementos no contexto escolar atual, segundo a pesquisa intitulada: “Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?” desenvolvida em 2015 pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Organização dos Estados Ibero Americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências (Flacso), ao perguntar a jovens mulheres jovens de 15 a 29 anos que abandonaram a escola, qual a razão de terem interrompido os estudos 18,1% delas, apontaram a gravidez como principal motivo.

Assim, nesse contexto escolar contraditório e desafiador, a maternidade na adolescência é um elemento a ser considerado, tendo em vista que este fenômeno social explicita elementos históricos, sociais e culturais que são interseccionados principalmente por elementos de classe, raça e gênero, mas não só por estes.

Os dados demonstram a importância de trazer esse debate para o bojo das reflexões sobre educação. Embora tenha havido uma redução no índice nacional de gravidez adolescente, comparando os anos 90 aos anos 2000, segundo o IBGE (2015), 34% das adolescentes brasileiras entre 15 e 17 anos já possuem um filho ou mais. É importante ressaltar, que a gravidez na adolescência hoje também é considerada uma questão de saúde pública, gera a morbidade e mortalidade de um número significativo de jovens entre 10 a 15 anos durante o parto, como também durante a gestação.

Além disso, a maternidade adolescente explicita questões sociais e educacionais importantes para as reflexões em torno do público estudantil e suas respectivas relações com as políticas educacionais, bem como com o currículo, metodologia e outros elementos da dinâmica e

organização da escola. Visto que, essa gravidez é também uma síntese de processos e dinâmicas históricas, familiares, comunitárias e sociais que esta adolescente experimenta e vive em seu cotidiano.

Nesse sentido, ao engravidar, voluntária ou involuntariamente, essas adolescentes têm seus projetos de vida alterados, de tal forma que, na maioria das vezes, a consequência dessa alteração é também o abandono escolar, e a ocupação de subempregos para garantir o sustento familiar, o que pode ser considerado como um elemento que contribui para a perpetuação dos ciclos de pobreza, bem como, das desigualdades de gênero e exclusão de espaços de poder.

Além disso, é importante ressaltar que a maior parte das adolescentes que engravidam é negra, pobre e com baixa escolaridade (IBGE, 2015). Sendo observado, segundo os dados estatísticos, um viés de renda, raça/cor e escolaridade significativo na prevalência desse tipo específico de gravidez.

Apesar de a gestação ser um processo que só é possível com a participação dos dois sexos (masculino e feminino) para que se efetive. As perspectivas desiguais projetadas nos gêneros (homem e mulher) incidem diretamente no exercício da maternidade e paternidade, determinando e naturalizando funções e comportamentos para a mãe e para o pai. Esta construção sexista impõe a mulher - mãe a responsabilidade, praticamente “exclusiva” do cuidado e compromisso com o filho. Assim, geralmente quem precisa alterar radicalmente as perspectivas e projeto de vida após o nascimento dos filhos, são as mulheres, aos homens- pais cabe, no limite, a responsabilidade financeira, que também na maioria das vezes não é assumida.

Inclusive é importante destacar que a cultura machista naturaliza o abandono do homem a sua paternidade. Ter um filho e não assumir não representa nenhum ônus social, tanto do ponto de vista individual quanto social. Tendo em vista que também é projetado na mulher a responsabilidade sobre a reprodução.

A maternidade adolescente é uma temática multidisciplinar e multiprofissional. A abordagem aos adolescentes, tanto na perspectiva teórica quanto no campo profissional e político para melhor atender e contemplar estes sujeitos, precisa ser fundamentada em uma dinâmica integrada, de modo que a adolescente que engravida tenha a garantia e o apoio governamental enquanto direito e também se sinta amparada socialmente.

Os Direitos Reprodutivos, segundo Ventura (2010) é um conjunto de normas e leis que garantem o exercício individual, livre e responsável, da sexualidade e da reprodução humana. E, por isso, se configura enquanto direito subjetivo de toda pessoa decisões relacionadas ao número de

filhos que se almeja ter e os intervalos entre nascimentos, ter acesso aos meios necessários para o exercício livre de sua autonomia reprodutiva, sem sofrer discriminação, coerção, violência ou restrição de qualquer natureza.

Segundo o Marco Teórico e Referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, produzido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, através do Programa Saúde nas Escolas, reforça a integração entre saúde e educação na perspectiva de atender aos direitos dos/as adolescentes:

Dentre as ações que os adolescentes têm direito nos currículos escolares na área da saúde sexual e reprodutiva, mesmo antes do início da atividade sexual, está a do acesso aos meios e métodos anti-conceptivos para evitar a gravidez não desejada e de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Evidentemente, respeitando-se a liberdade individual de escolha, busca-se desenvolver entre os adolescentes comportamentos de prevenção e autocuidado (BRASIL, 2007, p. 56).

Apesar das diversas tentativas e estratégias governamentais de contemplar a população jovem e adolescente no campo das políticas públicas, fruto da luta histórica das organizações e Movimentos Sociais de jovens. Pensar o/a jovem como “sujeito de direitos” é uma concepção ainda muito recente, e portanto, convive de forma ambígua e contraditória com a visão do/a jovem como “problema”, principalmente no que se refere as políticas ligadas a sexualidade, como ressalta Lobato (2009):

O recente e importante esforço da promoção da saúde de jovens enfrenta o enorme desafio de transformar as representações negativas do jovem como problema ou sujeito de práticas de risco – mortes por causas violentas, consumo de álcool e drogas e sexo desprotegido (gravidez não planejada e doenças sexualmente transmissíveis) –, para a de *sujeito de direitos*, ator fundamental na promoção de sua própria saúde e de seus pares (LOBATO, 2009, p.216).

O Programa Saúde na Escola, segundo os documentos oficiais do Governo Federal, tem por objetivo contribuir com a formação integral de estudantes da rede pública da educação básica, com várias estratégias e ações de prevenção de modo a garantir a atenção e promoção à saúde. Segundo o Marco “Escola é a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral” (BRASIL, 2009, p.)

De acordo com a “Caderneta da adolescente”, produzida pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação, dentre as ações, uma diz respeito as ações do Programa Saúde nas escolas.

Se acontecer uma gravidez?

Antes de mais nada, calma. Se você desconfiar que está grávida, procure a unidade de saúde e faça o teste de gravidez. Caso o resultado dê positivo, não demore a contar a seu parceiro, à sua família ou um adulto de sua confiança. Nessa hora muitas coisas passam pela cabeça e você precisa muito de apoio e alguns cuidados especiais. É assegurado seu direito ao atendimento pré e pós-natal durante a gravidez, parto e pós-parto para garantir sua saúde e a de seu bebê. O aleitamento materno (amamentação do bebê) também é um direito. No caso de estudantes, a escola, por lei (Lei Federal nº 6202/75), tem deveres com a adolescente grávida no período pós-parto, como a reposição de provas, justificativa de faltas, etc (BRASIL, 2009, p.41).

O que é projeto de vida?

Na adolescência a gente começa a descobrir que, além de ter belos sonhos, é preciso ter metas e assumir o compromisso, com você mesmo, de concretizá-las. Tudo o que a gente quer pode ser conquistado dia após dia. Um projeto de vida é isso: planejar o futuro e colocar o plano em prática agora, no Presente. Ter um projeto de vida faz a pessoa se sentir mais segura, confiante e menos perdida na hora de fazer as escolhas que todos temos que fazer a cada dia. Faz pensar também em como será o mundo que vamos ajudar a construir. Por ser um projeto, pode sofrer alterações no meio do caminho. E sempre é bom parar para pensar se o que foi planejado há algum tempo ainda tem sentido hoje (BRASIL 2009, p. 46).

Apesar de o programa apresentar estratégias interessantes para a prevenção e promoção da saúde adolescente, a maioria desses materiais não chega às escolas. Além disso, a parceria entre saúde e educação ainda continua fragmentada e pontual, resumindo-se aos períodos de vacinação apenas, o que acaba interferindo diretamente em questões relacionadas a Saúde Sexual dos/as adolescentes.

Nesse sentido, a partir da análise desses documentos foram percebidos elementos importantes de análise: O primeiro, se refere à abordagem de gênero do material que apresenta avanços importantes, ao considerar fundamental tanto para meninos e quanto para meninas os cuidados com o corpo e com uma possível gravidez indesejada. Outro elemento, diz respeito à perspectiva do programa e sua concepção que demanda uma estrutura específica de formação de educadores/as que se sintam capazes de trabalhar com os/as estudantes essa temática, enxergando os/as enquanto adolescentes como sujeito de direitos.

Conclusão

Para concluir, esta publicação é um instrumento importante para trabalhar uma perspectiva mais ampla de prevenção da gravidez e de DST's por trabalhar com estratégias que aprofundem de forma integral, processos educativos baseados na saúde sexual e reprodutiva.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam e ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa-Portugal, 2008.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 23 de jun de 2013.

_____. **Cruzamento: raça e gênero**. UNIFEM, 2004

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese dos Indicadores de 2015. Brasília: IBGE; 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/pnad_sintese_2015.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

VENTURA, M. **Sexualidade e reprodução e reprodução na adolescência: Uma questão de direitos**. In: Rubens C. F. Adorno; Augusta T. de Alvarenga, Maria da Penha C Vasconcelos. (org) **Jovens, Trajetórias, Masculinidades e Direitos**. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2005.